

TURISMO, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E REALIDADE BRASILEIRA

Autores

Ana Lúcia Magalhães¹

Éber José dos Santos²

Resumo

Sustentabilidade, tal como definida pela Comissão Brundtland, que menciona as necessidades das gerações presentes e futuras, é um conceito que transcende a preocupação com o meio ambiente, ainda que essa consideração esteja em uma posição central. A sustentabilidade se relaciona também à cultura, ao modo de vida das populações e à economia. Aplicada a destinações turísticas, oferece diretrizes de grande clareza. O turismo enseja impactos físicos, econômicos e culturais significativos, com aspectos importantes positivos e negativos. Um estudo do tema revela que as diretrizes para o turismo sustentável são exatamente as diretrizes para um desenvolvimento econômico vivo e saudável – destinações turísticas não sustentáveis tendem, na realidade, a decair e mesmo perecer. Uma pesquisa qualitativa foi realizada em uma destinação turística típica do Brasil em vários aspectos e que se desenvolveu após a publicação do relatório Brundtland, ou seja, não herdou vícios antigos. Os resultados mostram que os principais agentes envolvidos não estão conscientes de todos os desafios, mas que isso pode ser mudado para melhor com relativa facilidade e consequências altamente positivas.

Palavras-chave: Desenvolvimento Sustentável do Turismo, Sustentabilidade, Turismo.

Abstract

Sustainability, as defined by the Brundtland Commission, which mentions the needs of present and future generations, is a concept that transcends concern with the environment, though this consideration remains important. Sustainability also relates to culture, way of living and economy. Applied to tourist destinations, sustainability offers guidance of great clarity. Tourism brings significant impacts, physical, economic and cultural, with important positive and negative aspects. A study of the subject reveals that the guidelines for sustainable tourism are exactly the guidelines for economic development and healthy living - non sustainable tourist destinations actually tend to decline and even perish. A qualitative research was conducted in a tourist destination in Brazil, typical in several respects and that has developed after the publication of the Brundtland report - did not inherit certain prejudicial attitudes. The results show that the major players involved are not aware of all the challenges posed to a sustainable development, but this can be changed for the better with relative ease and highly positive consequences.

Keywords: Sustainable Tourism Development, Sustainability, Tourism.

INTRODUÇÃO

Em 1983, um grupo de trabalho reunido pelas Nações Unidas, a Comissão

¹ Pós-doutorado em Retórica e Argumentação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, professora e coordenadora do Curso Superior de Eventos na FATEC de Cruzeiro. E-mail: almchle@gmail.com

² Mestrando em Língua Portuguesa pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP e professor na Faculdade de Tecnologia de Cruzeiro - Prof. Waldomiro May – FATEC – Cruzeiro / SP. E-mail: ejsantos2010@gmail.com

Brundtland, publicou um relatório significativamente chamado de “Nosso Futuro em Comum”. Aquele documento definiu desenvolvimento sustentável como “desenvolvimento que atende às necessidades do presente sem prejudicar a capacidade das gerações futuras de atender a suas necessidades”. Essa definição tem grandes virtudes: é clara, equilibrada e sem qualquer contaminação por ideologia.

O desenvolvimento sustentável, a partir do início do século XXI, foi incorporado ao discurso e à prática da responsabilidade social pelas empresas. Vale lembrar que uma empresa é socialmente responsável quando mostra consciência da responsabilidade sobre as ações na sociedade (CARROL, 1991, pp.39-48). Guimarães (2008, p. 221) aborda o aspecto do cuidado com pessoas (e por extensão com a sociedade), quando lembra que existe “um complexo conjunto de relações sociais relacionadas com o cuidado”.

Segundo Moura-Leite e Padget (2011, pp. 528-539), as gerências lidaram com a Responsabilidade Social de modo tradicional, sem diferenciação de outras disciplinas. Nos anos 80, houve um despertar do interesse social e do desejo em fornecer respostas mais adequadas. Os anos 90 viram a Responsabilidade Social iniciar o processo de figurar entre as prioridades das grandes e médias empresas e aparecer a literatura estratégica a esse respeito. No século XXI, a Responsabilidade Social Corporativa se instalou definitivamente como item estratégico. A sustentabilidade, como pilar da responsabilidade social, acompanhou esse processo.

O turismo é muito ligado à sustentabilidade: o desenvolvimento turístico pode exercer uma ação grandemente predatória em relação ao meio ambiente, perturbar seriamente o meio de vida de populações tradicionais (tipicamente agricultores) e modificar profundamente a economia de cidades. A sustentabilidade tem também um lado cultural: costumes e tradições precisam ser preservados.

Este trabalho trata do tema por meio de sucessivas particularizações: sustentabilidade, desenvolvimento sustentável e desenvolvimento sustentável do turismo. O objetivo é comparar as situações real e ideal do turismo sustentável no Brasil por meio de uma pesquisa em uma destinação turística típica que se tornou significativamente turística após o relatório Brundtland e a consolidação da sustentabilidade na agenda de governos e empresas. Inicia com uma introdução concisa às teorias discutidas no âmbito acadêmico com breve exposição de argumentos de diversos autores; segue com uma apresentação sucinta da Estância Climática de Cunha, espaço metodológico de pesquisa; o núcleo do

trabalho é a apresentação e discussão dos resultados de uma pesquisa qualitativa aplicada com o *trade* turístico. As considerações finais trazem proposições para uma gestão integrada e sustentável do turismo em Cunha.

1 TURISMO E SEUS IMPACTOS

O turismo é atividade econômica que gera renda em países, estados e municípios. A OMT (Organização Mundial do Turismo) conceitua o turismo como conjunto de “atividades de pessoas que viajam para lugares afastados de seu ambiente usual, e que nele permaneçam por menos de um ano a lazer, a negócios ou por outro motivo.” (OMT, 2003, p.20).

Ainda que gere renda, o deslocamento de visitantes para as destinações turísticas causa tanto impactos negativos quanto positivos. Para este artigo, foram selecionados alguns dos fatores mais impactantes, de acordo com Middleton and Hawkins (1998, apud Swarbrook, 2002, p. 71) e, mais recentemente, segundo Prayag, Ramphul e Maryeven (pp. 697-711). Os autores dividem os impactos da seguinte forma:

a) Físicos

– Negativos: as pressões do superdesenvolvimento e do número excessivo de turistas desgasta e danifica ambientes frágeis tanto naturais como construídos; pode causar uma uniformidade desagradável dos edifícios e paisagem urbana, sem respeito pela integridade arquitetônica e estilos tradicionais; desvia recursos naturais locais, como a água e a terra, para empreendimentos turísticos que colocam os residentes locais em desvantagem. Prayag, Ramphul e Maryeven (p.701) lembram que o turismo é, em geral, menos destrutivo que outras formas de desenvolvimento, notadamente o industrial.

– Positivos: oferece uma justificativa a longo prazo para a proteção, preservação e intensificação de uso esclarecido dos recursos naturais e construídos, inclusive a proteção da biodiversidade; estimula a melhoria da qualidade do meio ambiente físico disponível para os residentes; proporciona uma justificativa econômica e meios para a regeneração do meio ambiente deteriorado ou em desuso, com base em heranças culturais socioeconômicas.

b) Econômicos

– Negativos: comercializa o meio ambiente para obter lucros que nada aportam aos residentes locais - em muitos casos, as funções de gerência são alocados para os não residentes, e deixam para a população local apenas empregos de baixa remuneração e

serviço; rebaixa, de fato, as qualidades de vida tradicionais, ao introduzir uma indústria alheia, dominante, poderosamente invasora, imposta e controlada externamente à comunidade; e gera animosidades e tensões entre turistas e residentes.

– Positivos: gera renda que pode ser utilizada para fins de preservação; proporciona emprego e oportunidades às pequenas empresas e estimula novas atividades econômicas para suprir as empresas turísticas; eleva o padrão de vida das populações residentes, especialmente se o turismo gerar divisas e tributos impossíveis de serem obtidos de outra forma.

c) Culturais/educacionais

– Negativos: debilita as artes locais e as tradições culturais dos residentes, transformando-os em eventos artificialmente encenados para a coleta de lucros; corrói e acaba por destruir as

identidades e as tradições da localidade; transmite mensagens de destruição do meio ambiente, mediante exemplos de práticas impróprias.

– Positivos: apoia e ajuda a financiar a música, o teatro, as artes, as tradições folclóricas, os festivais e os eventos locais; reforça e focaliza as identificações locais e as tradições dos lugares especiais; proporciona os meios para demonstrar e transmitir o apreço pelo meio ambiente e seus valores, tanto aos turistas, quanto aos residentes.

Além desses efeitos, é importante para estudo em perspectiva temporal, não imediatista, destacar que a atividade turística de uma localidade tem um ciclo de vida, conforme expõe Butler (1980, apud Swarbrook, 2002, p. 71). De acordo com o autor, uma região turística passa pelos seguintes estágios: exploração, envolvimento, desenvolvimento, consolidação e estagnação. Estes dois últimos são considerados por Butler como o período crítico de ação dos elementos que constituem a capacidade de receber turistas e nesse momento algumas situações podem ocorrer, como renovação, crescimento reduzido, estabilização, declínio imediato ou a médio/longo prazo.

Dessa forma, é preciso que os atores envolvidos na atividade turística e que decidem os rumos do turismo de um polo tenham capacidade de discernir sobre o estágio em que o turismo se encontra e programar políticas para bloqueio de demanda onde seja necessário, revitalização dos atrativos, redirecionamento de ações de marketing, criação de novas atrações. O teórico argumenta, ainda, que o ciclo de vida de uma região turística, em termos de sustentabilidade, está ficando mais curto devido a dois fatores principais: desejo dos

turistas de sempre buscarem novos lugares para visitar e concorrência/crescimento das novas destinações.

Nesse contexto, estudiosos e acadêmicos da área discutem sobre as teorias de desenvolvimento sustentável que, em linhas gerais, tem como principal objetivo amenizar, postergar ou mesmo eliminar os impactos negativos do turismo. Pode-se dar destaque a um trabalho recente, de Nunkoo & Ramkissoon (2011, pp. 964-988), que desenvolveram uma pesquisa sobre os fatores que influenciam as percepções dos residentes sobre benefícios e óbices do turismo. Saarinen (2006, pp. 1121-1140) mostrou que os estudos de sustentabilidade no turismo podem ser divididos em três grupos, conforme a ênfase maior esteja em recursos, atividades ou comunidade. No presente trabalho, procurou-se mostrar uma visão balanceada.

Conceitos e princípios da sustentabilidade vão detalhados na seção que segue.

2 SUSTENTABILIDADE

Conforme mencionado anteriormente, a definição geralmente aceita de sustentabilidade é atender às necessidades do presente sem comprometer a capacidade de gerações futuras de atender a suas. O conceito é acurado, tanto que se impôs, e também singelo e inequívoco. Sua aplicação, no entanto, se reveste de grande complexidade técnica e política, esta por duas vertentes opostas: de um lado, a grosseria de quem não quer ser fiscalizado e prefere se manter à margem da lei, e de outro, a contaminação com ideologia. Aspectos técnicos mal compreendidos por quem quer substituir estudo e aplicação por palavras de ordem de cunho político-ideológico são adicionados à confusão. Faz-se necessário estabelecer metas claras e viáveis e promover a boa técnica, infelizmente ausente de modo notável de muitas discussões sobre o assunto.

Ruschmann (2001, pp. 10-98) enfatiza que para se buscar a sustentabilidade é necessário considerar algumas dimensões do planejamento de desenvolvimento local, expostas e comentadas a seguir. Cumpre notar que Briassoulis (2002, pp. 1065-1085) examinando o uso simultâneo dos recursos por residentes e turistas sob um aspecto específico, utiliza uma classificação muito similar.

– Sustentabilidade ecológica e ambiental: refere-se à parte física do processo de desenvolvimento e objetiva a conservação e o uso racional de estoque de recursos naturais incorporados às atividades turísticas, além da capacidade de suporte dos ecossistemas associados em absorver ou recuperar-se das agressões antrópicas.

- Sustentabilidade econômica: busca do crescimento/desenvolvimento econômico por meio da alocação e da gestão eficiente dos recursos e da realização de constantes investimentos públicos e privados, de modo a garantir não apenas a rentabilidade empresarial de caráter microeconômico, mas a eficácia em termos sociais no presente e no futuro;
- Sustentabilidade sociocultural: necessidade de manter a diversidade cultural, valores e práticas existentes em uma região e a construção da cidadania e da integração social dos indivíduos a uma cultura de direitos e deveres;
- Sustentabilidade Política Institucional: fortalecimento constante dos mecanismos democráticos de formulação e implantação de políticas públicas e reforço de arranjos institucionais e organismos de representação político-social, cujo desenho e aparato já levem em conta os critérios de sustentabilidade.

Pautar a discussão pelas dimensões ambiental, econômica, cultural e política facilita o entendimento e mesmo reduz a complexidade do assunto, que tende a vir carregado de ideias difusas e opiniões que caem em terreno fértil para a divergência de argumentos.

3 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A discussão sobre o termo “desenvolvimento sustentável” vem desde a sua proposição em eventos internacionais como a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano (Estocolmo – 1972), ou no Brasil (Rio de Janeiro – 1992), na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, conforme expõe Sachs (2002, apud Hanai, 2009, p. 51). Com o tempo, a expressão se revestiu de complexidade e ambiguidade, de acordo com Leff:

As ações que vêm sendo empreendidas em nome do desenvolvimento sustentável têm se mostrado, até o momento, ambíguas, fragmentadas e pouco capazes de fazer justiça à complexidade dos desafios práticos associados às questões ambientais como: justiça social, redução das desigualdades; crescimento econômico planejado, controlado; redução da degradação e redução ambiental; usos e manejos adequados dos recursos, participação efetiva da sociedade na tomada de decisões; e internalização de uma relação de simbiose autêntica e duradoura dos seres humanos com a natureza. (LEFF, 2002, apud HANAI, 2009, p. 51)

Dahl (1997) trata desenvolvimento sustentável como um conceito referente a valores, que se relaciona com princípios, ética e crenças que fundamentam uma comunidade. Em outras palavras, pode-se afirmar que há uma maleabilidade em determinar se determinado projeto é ou não baseado no desenvolvimento sustentável, pois essa característica está

relacionada com os fatores intrínsecos à comunidade do local de implantação.

Por ser uma abordagem que já se incorporou aos discursos de empresários, políticos, planejadores de desenvolvimento e agências internacionais humanitárias, é pertinente apresentar os questionamentos críticos de alguns teóricos como Luke (apud Fisher, 1995, p.41), que argumenta:

Como meta social [...] a sustentabilidade está carregada de metas não resolvidas. Sustentável por quanto tempo: uma geração, um século, um milênio, dez milênios? Sustentável em que nível de apropriação humana: residências individuais, vilas locais, cidades principais, nações inteiras, economias globais? Sustentável para quem: todos os humanos agora vivos, todos os humanos que virão a viver. Sustentável para que condições: para o capitalismo transnacional contemporâneo, para caçadores e coletores Neolíticos, para algum império espacial? Desenvolvimento sustentável para quê: renda pessoal, complexidade social, produto interno bruto, frugalidade material, consumo individual, biodiversidade ecológica? (LUKE, apud Fisher, 1995, p.41),

Enquanto o autor instiga o debate e reflexão sobre o tema em busca de respostas que, segundo ele, nem sempre serão fáceis, outros teóricos também se contrapõem à temática e consideram a ideia de desenvolvimento sustentável uma utopia, conforme Irving (2002, p. 51), “o discurso político tende a privilegiar o *sustentável*, da mesma forma que o pulveriza, em sentidos e significados diversos, transformando-os em utopia contemporânea”. Candiottto e Corrêa (2004, p. 279) colocam ideologia no debate e acrescentam que o termo “não passa de uma utopia vaga, de pouca aplicabilidade dentro da estrutura política e econômica mundial, onde predominam interesses neoliberais e imperialistas”. Ranauro contesta e argumenta que, enquanto utopia, deve-se encontrar mecanismos de implementação do turismo sustentável e contribui com a seguinte afirmação:

Um novo ritmo e rumo das relações sociais devem ser estabelecidos, em que não se encontra apenas um saber, uma ética e uma lógica, mas várias que coabitam o mesmo meio ambiente e por isso devem participar, com seus saberes, linguagens e entendimentos do mundo, para que se possa encontrar possibilidade de uma verdadeira sustentabilidade. (RENAURO, 2004, p. 21)

Na sequência, apresenta-se o conceito de sustentável aplicado ao turismo.

4 TURISMO SUSTENTÁVEL

O adjetivo *sustentável* é usado em várias instâncias como cidades *sustentáveis*, construções *sustentáveis*, projetos *sustentáveis* e outros. No turismo, o termo também é utilizado e existe um discurso de desenvolvimento sustentável do turismo ou, em expressão reduzida, turismo sustentável. A OMT se apoia na definição de sustentabilidade do relatório Brundtland, mencionado anteriormente.

Turismo sustentável é aquele que atende às necessidades dos turistas de hoje e das regiões receptoras, ao mesmo tempo em que protege e amplia as oportunidades para o futuro. É visto como um condutor para o gerenciamento de todos os recursos, de tal forma que as necessidades sociais, econômicas e estéticas possam ser satisfeitas sem desprezar a manutenção da integridade cultural, dos processos ecológicos essenciais da diversidade biológica e dos sistemas que garantem a vida. (OMT, 2003, p. 24)

A expressão “turismo sustentável” também é objeto de discussão de alguns teóricos. Butler (1999, p. 12), por exemplo, contesta o termo com o argumento de que a expressão implica na manutenção do turismo por si mesmo, qualquer que sejam os impactos a ele associados, em detrimento do esforço de manutenção do contexto humano e físico em que o turismo ocorre. Para o autor, a nomenclatura mais adequada é *desenvolvimento sustentável do turismo*, que é o turismo desenvolvido e mantido numa área (comunidade e ambiente) de uma forma e em uma escala que permanece viável no futuro previsível e não degrada ou altera o ambiente (físico e humano) em um grau que impeça o desenvolvimento com êxito e o bem estar com outras atividades e processos. Dymond (1997, p. 279) reforça a diferenciação entre turismo sustentável (o objetivo a ser alcançado) e o desenvolvimento sustentável do turismo (o processo).

O desenvolvimento sustentável de uma localidade só é possível quando a comunidade local está inserida no processo. De acordo com Vargas-Sánchez et al (2011, p. 460), é importante que os residentes locais percebam o turismo como positivo para a comunidade e participem ativamente das ações a serem implementadas, já que possuem uma identidade própria enquanto comunidade organizada. Dessa forma, o diálogo entre promotores do desenvolvimento sustentável e essas pessoas deve ser aberto e intenso, o que evitará visões unilaterais e incentivará a pluralidade das opiniões.

Essa participação da população local está prevista na Lei Geral do Turismo (2008), que discorre sobre a Política Nacional de Turismo, em seu artigo 5º, com a seguinte redação: “[...] planejar, em seus territórios, as atividades turísticas de forma sustentável e segura, [...] com o envolvimento e a efetiva participação das comunidades receptoras nos benefícios advindos da atividade econômica”.

Ranauro (2004, p. 27) converge com o argumento da importância da participação da comunidade local ao afirmar que “não há como pensar em sustentabilidade sem a contribuição equitativa das comunidades e seus saberes”.

Todos esses autores, brasileiros ou não, mostram que se uma destinação pretende se desenvolver com base no turismo, tem necessariamente de constituir uma prática de

envolvimento da comunidade local, que deve ser ouvida o tempo inteiro, sob pena de insucesso. Turismo é negócio, e enquanto tal todas as partes interessadas (*stakeholders*) com alguma forma de poder sobre o negócio precisam perceber seus interesses atendidos. As populações têm importância e devem ter voz nas dimensões ambiental, econômica e cultural.

É relevante adicionar que os *stakeholders* da atividade turística são, além das populações, os empresários do *trade* (proprietários de meios de hospedagens, atrativos turísticos, restaurantes, operadoras de viagens e agências receptivas), poder público e privado, instituições da sociedade civil, os próprios turistas e organizações não governamentais. O desenvolvimento turístico sustentável depende de todos esses atores. Holden inclui um fator a mais: a ética de mercado, por definição ligada ao conceito de sustentabilidade do relatório Brundtland: “[...] ainda que a política ambiental possa possivelmente aumentar sua influência no futuro, a ética ambiental do mercado será o fator determinante para o equilíbrio da relação turismo - meio ambiente.” (HOLDEN, 2009, pp. 380-382)

Eagles reforça o papel do mercado no desenvolvimento do turismo sustentável e mostra inequivocamente o que o mercado deseja:

Limites de uso aceitável devem ser desenvolvidos e implementados em todas as destinações turísticas sustentáveis, para evitar níveis inaceitáveis de mudança ecológica e social. Treinamento de pessoal nos setores privado e público é vital. Um grande número de consumidores sofisticados está se dirigindo a destinações [...] que não são capazes de entregar os serviços esperados. A sustentabilidade econômica de longo prazo [...] é essencial, e um esforço importante é necessário para ajudar os países em desenvolvimento a construir sua gestão e instituições. (EAGLES, 2002, p. 1070)

A Estância Climática de Cunha, espaço metológico desta pesquisa, está apresentada a seguir.

5 ESTÂNCIA CLIMÁTICA DE CUNHA: UMA DESTINAÇÃO TURÍSTICA TÍPICA DO BRASIL

Na região do Vale Paraíba, localizada entre os dois importantes polos emissores de turismo – São Paulo e Rio de Janeiro – várias cidades têm se destacado como destinos receptores de turismo. Dentre as mais importantes, sobressaem São José dos Campos (turismo de negócios); Campos do Jordão e cidades ao seu entorno (turismo cultural, ecoturismo e gastronômico); Taubaté e São Luiz do Paraitinga (turismo cultural caipira); Aparecida, Guaratinguetá e Cachoeira Paulista (turismo religioso) e as cidades do Vale

Histórico (turismo histórico-cultural). Esses municípios estão, de uma forma ou de outra, agrupados, seja por meio de programas de regionalização do turismo, implantados pelo Ministério do Turismo, seja em circuitos turísticos, desenvolvidos pelo SEBRAE-SP. Além desses em destaque, há ainda outra localidade, isoladamente localizada na divisa dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, que por agregar variadas modalidades de turismo e dispor de potencialidades turísticas tem se desenvolvido, de certa forma, independentemente. É o caso da Estância Climática de Cunha, espaço metodológico desta pesquisa.

Segundo resultados preliminares do Censo 2010, sua população é de 21.874 habitantes e a economia tradicional tem como base a agricultura de subsistência e a pecuária leiteira. A partir da década de 90, o turismo passou a ser um fator preponderante no desenvolvimento econômico da estância.

Cunha surgiu como povoado em finais do século XVII, durante o Ciclo do Ouro. Cem anos mais tarde, as plantações de café ocuparam as terras férteis da região. Em 1932, a cidade serviu de palco para a Revolução Constitucionalista. Um de seus naturais foi herói e mártir: o lavrador Paulo Virgínio. No final da década de 40, o município foi elevado à categoria de Estância Climática, título que contribuiu para o desenvolvimento do turismo. Nos anos 70, a cidade recebeu a arte cerâmica, trazida por um grupo de ceramistas recém-chegados ao Brasil, alguns oriundos do Japão. Esses artistas, ao pesquisar possíveis localizações, viram em Cunha uma oportunidade de se instalar e produzir a cerâmica artística de alta temperatura, baseada em técnica milenar. A partir da primeira década do século XXI a cidade tem tentado ser reconhecida como a “Capital Nacional da Cerâmica”.

Esse aporte histórico-cultural se aliou às belezas naturais (cachoeiras, picos, trilhas, grutas), ao clima de montanha e à localização geográfica estratégica (próximo a Paraty e cerca de 200 km das principais metrópoles nacionais). O conjunto de fatores fez com que um grupo de empreendedores e “pensantes” do desenvolvimento do município desse atenção ao fato de que, por ser uma estância climática (essa condição não permite instalação de indústrias poluentes), uma alternativa viável para o desenvolvimento econômico, social, cultural e político da cidade de Cunha seria a implementação de ações voltadas para o turismo.

A partir dessa constatação, que teve lugar na segunda metade da década de 1990, ações começaram a ser discutidas em grupos de trabalho, e algumas colocadas em prática. Com decorrer dos anos, a cidade passou a ser divulgada, empreendimentos de vários segmentos começaram a surgir, melhorias na infraestrutura foram aplicadas, e vários

empresários, em sua maioria paulistanos, ali se instalaram. Atualmente, Cunha é decididamente uma cidade turística.

Segundo dados atualizados da Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, há cadastrados no município: 47 meios de hospedagem (hotéis, pousadas, hotéis fazenda, estalagens, pousos e camping); 40 estabelecimentos de alimentação fora do lar (restaurantes, lanchonetes, cafés, docerias, bares e padarias); 18 ateliês de cerâmica com diversidade de técnicas (Noborigama, Raku, fornos a lenha e gás); 10 lojas de artesanato (vale ressaltar que há também artesãos que não mantêm lojas abertas, mas expõem na Casa do Artesão, uma iniciativa da Prefeitura) e paisagens e caminhadas importantes (Pedra Macela, Parques Estadual da Serra do Mar e Nacional da Bocaina, Grutas, outros picos, Cachoeiras do Pimenta, Desterro, Barra, Mato Limpo, Pedra Branca, Trilha do Ouro – Estrada Real e outros caminhos pela Mata Atlântica). Além disso, a cidade possui um calendário anual de eventos bastante diversificado e algumas festas/festivais merecem destaque: Festival de Verão – Fuscunha, Carnaval, Festa do Pinhão, Festival de Inverno “Acordes na Serra”, Expocunha, Festival da Cerâmica e Natal Luz. Paralelo a alguns eventos de maior proporção, ocorrem os festivais gastronômicos, outra característica importante do destino. Há também as festas religiosas, que atraem muitos fiéis, e as manifestações folclóricas presentes em grupos de Congada, Moçambique, Jongo, Catira, Violeiros e Folia de Reis.

Percebe-se, de acordo com esse levantamento, que os visitantes dispõem de muitas opções e oportunidades em Cunha. Ainda, segundo pesquisas realizadas pelo SEBRAE SP, em projeto de desenvolvimento territorial, os turistas que visitam a cidade vêm de São Paulo (maioria), Rio de Janeiro, cidades do Vale do Paraíba (Jacareí, São José dos Campos, Taubaté) e sul de Minas. Em menor proporção, turistas de outros estados e países. Os perfis predominantes dos que visitam Cunha são casais e famílias, mas há também adolescentes e casais sem filhos.

As razões da escolha de Cunha como espaço metodológico são relacionadas à sua tipicidade e à sua condição recente de estância turística significativa.

- a) É uma destinação turística tipicamente de classe média – não tem os preços elevados de, por exemplo, Campos do Jordão, mas não é destino, para fornecer um exemplo oposto, dos chamados turistas rodoviários, que viajam de ônibus.
- b) Possui paisagens e trilhas para caminhada, mas também tem um lado artístico-cultural forte, o que torna a cidade alvo de mais de um tipo de turista.

c) Não é certamente uma metrópole ou uma cidade grande como, por exemplo, Rio de Janeiro, Campinas ou Taubaté, mas também não é um pequeno núcleo urbano cercado de meios de hospedagem.

d) A atividade turística recrudescceu em Cunha após os anos 80, o que colocou a sustentabilidade na pauta da consolidação como polo turístico desde o início.

Completando o espaço metodológico, foram escolhidos para entrevista os agentes da transformação: os empresários do turismo, cuja preocupação com a sustentabilidade é, conforme um autor citado anteriormente (Holden), um indicativo de estado e rumos do desenvolvimento sustentável do turismo.

6 METODOLOGIA DE PESQUISA

A fim de investigar se o turismo em Cunha se baseia no conceito de sustentabilidade e abrange todas as dimensões expostas por Ruschmann, aplicou-se uma pesquisa qualitativa a um dos segmentos que compõem o grupo de *stakeholders*: empresários do *trade* turístico da estância climática. Os empreendimentos entrevistados foram distribuídos na proporção aproximada do número de estabelecimentos entre proprietário de meios de hospedagem, alimentação fora lar, ateliês de cerâmica, artesãos e atrativos turísticos - uma amostra de 87 empreendimentos em um total de aproximadamente 200.

A metodologia proposta por Choi e Sirakaia (2005, pp. 380-394) foi adaptada para a realidade brasileira, e em particular de Cunha, e para a percepção dos hoteleiros, com redução do número de variáveis e estreitamento do foco. As variáveis consideradas foram: a) conhecimento da sustentabilidade enquanto motivo de atenção; b) prática da sustentabilidade;

c) propósito da prática da sustentabilidade; d) distinção entre o conceito amplo de sustentabilidade e o paradigma da preocupação ambiental; e) alerta para a relação entre sustentabilidade e economia local. Foram distribuídos questionários concisos, com perguntas que abordassem essas variáveis. Foram oferecidas alternativas de respostas de modo que fossem tabuláveis.

Os resultados são apresentados e discutidos, à luz da teoria e da vivência em gestão de turismo de um dos autores, na próxima seção deste artigo.

7 RESULTADOS

Os resultados são apresentados na Tabela 1 a seguir, que mostra perguntas e proporção das respostas. As perguntas foram todas de cunho autoavaliativo.

Tabela 1: Autoavaliação dos Empresários sobre Sustentabilidade – Conhecimento e Atuação

	pergunta: como você se avalia em:	ótimo	bom	regular	n/a
1	conhecimento de projetos de cunho sustentável?	17%	17%	56%	10%
2	definição de metas de sustentabilidade em seu empreendimento?	10%	56%	18%	16%
3	desempenho de seu estabelecimento em relação à sustentabilidade?	20%	70%	10%	zero
4	contribuição pessoal para o turismo sustentável na cidade?	30%	7%	63%	zero
5	conhecimento da cultura e das manifestações culturais locais?	18%	17%	39%	26%
6	consciência da importância econômica da sustentabilidade?	17%	15%	38%	30%

Fonte: Os autores

Cabe aqui uma breve apresentação do conceito de *ethos* e de como se aplica neste contexto. O *ethos* foi tratado inicialmente na Grécia antiga e teve seu significado ampliado com Aristóteles, que o ligava ao caráter do indivíduo demonstrado por meio de sua fala e produção de textos em geral. Modernamente (Perelman & Tyteca, 1999), o *ethos* corresponde à imagem que a pessoa projeta de si – o que deseja que os outros pensem que por ela está sendo seguido. Assim, essas autoavaliações subjetivas revelam a importância dada pelos empresários do turismo em Cunha à sustentabilidade, mesmo que elas tenham sido benevolentes e possam refletir mais o desejo de fornecer uma boa resposta que propriamente um conjunto de ações. Em outras palavras, as perguntas não medem exatamente as ações dos empresários, mas principalmente a imagem que querem projetar.

As respostas à pergunta 1 mostram simplesmente que no município não há um projeto de turismo voltado para a sustentabilidade – caso houvesse, seria conhecido dos empresários, cujo conhecimento está em projetos de outras localidades. Isso é confirmado nas repostas à pergunta 2 – se existisse uma atuação significativa do poder público, os empresários teriam ao menos metas formais e a maior parte deles estaria de alguma forma envolvida no processo.

Assim, as ações de sustentabilidade em Cunha são iniciativas isoladas praticadas pelos empreendedores. Cada um promove alguma ação ou define meta a ser atingida, mas somente no âmbito do seu empreendimento.

Percebe-se, por um exame das respostas às perguntas 5 e 6, que essas ações individuais estão mais focadas na dimensão ambiental, com a cultural e econômica em parte

deixadas de lado. A debilidade da consciência com a preocupação econômica (perto de 1/3 dos empresários simplesmente achou que economia não se aplica à sustentabilidade) mostra que inexiste, em grande parte, uma visão desprovida de perspectiva temporal.

Percebe-se, portanto, um desejo latente de ação cidadã, não acompanhado por conhecimento suficiente dos assuntos envolvidos. Cumpre notar que se trata de destinação turística de desenvolvimento recente, e não se pode atribuir esse desconhecimento a preconceitos antigos, mesmo porque há pretensão visível de agir corretamente.

CONCLUSÃO

Após o estudo teórico sobre o turismo, sustentabilidade, desenvolvimento sustentável do turismo e alguns resultados obtidos com a pesquisa aplicada, é possível considerar que o turismo na Estância Climática de Cunha ainda não pode ser considerado sustentável, ainda que haja uma consciência nesse sentido, e isso em boa medida reflete o conjunto do Brasil, pela escolha do espaço metodológico. Essa escolha permite ainda concluir que, embora a pesquisa tenha sido efetuada somente com uma parte dos atores sociais que compõem o desenvolvimento sustentável do turismo, os resultados com os demais segmentos devem ser semelhantes.

Os dados obtidos refletem omissão do poder público, o único com capacidade de, além de educar e dar o exemplo, dirigir as ações por meio de legislação e regulamentações. Em Cunha, as ações acontecem isoladamente e não há uma gestão integrada do turismo. A sociedade civil que deve participar dos processos decisivos com seus saberes está à margem no desenvolvimento turístico.

Não há, no entanto, como retroceder e é preciso pensar ações de modo que o ciclo de vida do turismo de Cunha não venha a declinar. Seguem ações possíveis, que se aplicam particularmente naquela cidade e de um modo geral a todas as destinações turísticas do país.

- a) Formação de um Conselho Municipal de Turismo: será uma forma de envolver representantes da sociedade civil e contribuirá para que as decisões sejam tomadas com base em pluralidade das opiniões. Descentralizará a gestão do turismo, hoje realizada por organismo da Prefeitura.
- b) Campanha educacional de todos os agentes, inclusive líderes comunitários e professores, de forma que a sustentabilidade seja conhecida em todas as suas dimensões.
- c) Ações junto à imprensa local, com destaque para a estação de rádio, como forma de prestar contas das ações governamentais e privadas aos residentes, sensibilizá-los e

envolvê-los no processo de desenvolvimento do turismo sustentável.

- d) Incentivo à cultura local, começando com a catalogação das manifestações culturais por equipe de profissionais especializados.
- e) Sensibilização do empresariado, principalmente com a demonstração do interesse econômico de curto, médio e longo prazos.

Essas proposições são simples, viáveis e permitirão à cidade desenvolver seu potencial turístico. É esse o caso de outros polos turísticos brasileiros.

REFERÊNCIAS

BRIASSOULIS, H. Sustainable tourism and the question of the commons. *Annals of Tourism Research*, 29 (4) p. 1080, 2002.

BUTLER, R. W. Sustainable Tourism: A state-of-the-art review, *Tourism Geographies*, 1 (1), pp. 7-25, 1999.

CARROLL, A. B. The Pyramid of Corporate Social Responsibility: Toward the Moral Management of Organizational Stakeholders *Business Horizons*, July-August 1991, (p. 40), 1991.

CHOI, H. S. & Sirakaya, E. Measuring Residents' Attitude Toward Sustainable Tourism: Development of Sustainable Tourism Attitude Scale. *Journal of Travel Research*, (43). pp. 380- 394, 2005.

DYMOND, J. S. Indicators of Sustainable Tourism in New Zealand: A Local Government Perspective. *Journal of Sustainable Tourism*, 5 (4), p. 293, 1997.

EAGLES, P. Understanding the market for sustainable tourism. *Annals of Tourism Research*, 29 (4), October 2002, pp. 1065-1085, 2002.

FISHER, F, et al. *Greening Environmental Policy: The Politics of a Sustainable Future* (pp. 48-52). Londres: Paul Chapman Publishing, 1995.

GUIMARÃES, R. Deficiência e Cuidado. *SER Social – Brasília*, 10 (22), p. 221, 2008.

HANAI, F. Y. *Sistemas de Indicadores de Sustentabilidade: uma aplicação ao contexto de desenvolvimento do turismo na região de Bueno Brandão, Estado de Minas Gerais, Brasil* (Tese de Doutorado). Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos. Recuperado em 25.11.2010, 2009. <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/18/18139/tde-17092009-082223/pt-br.php>.

HOLDEN, H. The Environment-Tourism Nexus: Influence of Market Ethics. *Annals of Tourism Research*, 36 (3), pp. 373-389, 2009.

IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, Brasil* (2010). Recuperado em 05.12.2010, de http://www.censo2010.ibge.gov.br/dados_divulgados/index.php?uf=35

IRVING, M. A., BURSZTYN, I., Sancho, A.P. & MELO, G.M. Revisitando significados em sustentabilidade no planejamento turístico. *Caderno Virtual do Turismo* (18), 1-7, 2006.

LEFF, E. *Saber Ambiental – sustentabilidade, racionalidade, complexidade e poder* (3ª ed., pp. 101-112). Petrópolis: Vozes, 2001.

OMT. Organização Mundial do Turismo. *Guia de desenvolvimento do turismo sustentável*. Tradução de Sandra Netz (pp. 34-43). Porto Alegre: Bookman, 2003.

PERELMAN, C. and TYTECA, L. O. *Tratado da Argumentação – a Nova Retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

RANAURO, M. L. Sustentabilidade numa perspectiva endógena: contribuição das comunidades no plano simbólico do desenvolvimento sustentável. *Caderno Virtual de Turismo* (1) pp. 21 – 28, dezembro de 2004.

RUSCHMANN. D.V.M. *Turismo e Desenvolvimento Sustentável: a Proteção do Meio Ambiente* (5ª ed. pp. 130-199). Campinas: Papirus, 1999.

SAARINEN, J. Traditions of Sustainability in Tourism Studies. *Annals of Tourism Research*, 33 (4), pp. 1123-1125, 2006.

SWARBROOKE, J. *Turismo Sustentável* (Vol. I, 3ª ed. pp 30-53) São Paulo: Aleph, 2002.
VARGAS-SÁNCHEZ et al. *Annals of Tourism Research*, 38 (2), April 2011, pp. 460-480, 2011.